

ILUMINANDO A CIDADE: A MEMÓRIA NO PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA*

ALENCAR, NÔILA FERREIRA¹
LESSA, SIMONE NARCISO²

O momento e cenário das transformações

O cenário urbano brasileiro é, como afirma-nos diversos autores, recente. Segundo Reis (2006), nas primeiras décadas do século XX a sociedade brasileira era constituída por uma base amplamente rural, e, ainda hoje são inúmeras as dificuldades conceituais sobre as definições de rural e urbano no Brasil. Reis (2006), fundamentado no pensamento de Bertrand, apresenta-nos duas abordagens conceituais para rural e urbano: “a dicotômica e a de *continuum*”. “Na primeira, a ênfase recai sobre as diferenças que se estabelecem entre estes dois espaços, sendo o campo pensado como algo que se opõe à cidade. Na segunda, ocorre uma aproximação entre o espaço rural e a realidade urbana” (REIS, 2006. p. 3). Adotaremos ao longo do trabalho o segundo conceito, vez que o espaço urbano é o processo de transformação do espaço rural. Para Lefebvre (1991), “a vida urbana compreende mediações originais entre a cidade, o campo, a natureza” (LEFEBVRE, 1991, p. 68). O processo de transformação do espaço rural está vinculado diretamente aos reflexos da Revolução Industrial. Segundo Hobsbawn (1982) a mesma foi a maior revolução da história do mundo, pois ela alterou o modo de produção, que por sua vez, atingiu diretamente todos os demais ramos em que vincula-se o homem.

O presente trabalho busca efetivar uma ponte entre os contextos macrosociais em âmbito microsocial, por meio da análise do processo de instalação da energia elétrica, no ano de 1937, no município Norte Mineiro de Manga – localizado a margem esquerda do Alto Médio São Francisco – e seu reflexo nas relações políticas e no cotidiano da sociedade. Segundo Levine (1989) estas análises garantem maior

* Este artigo é resultado de uma parte da pesquisa realizada em Curso de Especialização Lato Sensu em História da Universidade Estadual de Montes Claros.

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS – da Universidade Estadual de Montes Claros; Graduada e Especialista Lato Sensu em História – Unimontes. noilalencar@hotmail.com

² Professora Doutora em História, membro do corpo docente da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. monelessa@hotmail.com

credibilidade aos contextos macrosociais. A pertinência do tema assenta-se na necessidade de compreendermos como as alterações oriundas do desenvolvimento tecnológico afetaram as relações políticas e sociais dos sujeitos inseridos no recorte temporal proposto. Para desenvolvermos as propostas apresentadas adotaremos o método histórico, explorando principalmente a história oral, que “é um procedimento, um meio, um caminho para produção do conhecimento histórico” (DELGADO, 2006, p. 16). Os depoimentos orais, os documentos escritos, e literaturas científicas pertinentes ao tema constituem fontes utilizadas na produção desta análise.

A primeira metade do século XX foi um momento de transformações do espaço físico natural em que o homem estava inserido. A expansão do espaço urbano no Brasil deu-se vinculado ao novo quadro político instaurado em 1889. Com o advento da Proclamação da República o país sustentou-se em base de um governo que se opunha ao centralismo vigente no Estado Imperial. A autonomia implícita no novo modelo político trouxe consigo, como afirma-nos Carvalho (CARVALHO, 1997) um sistema político denominado Coronelismo – datado, segundo o autor, entre os anos de 1889 a 1930. Observa-se, no entanto, que mesmo após seu fim como sistema, o coronelismo manteve-se presente no cenário político brasileiro por meio de seus resquícios.

A figura do “coronel”, principalmente nas áreas do interior do país, exercia grande influência nas atividades econômicas e políticas. A ele, está vinculado o surgimento de diversas cidades. “Erraria, porém, quem só quisesse observar no “coronelismo” os aspectos negativos de sua presença ou de sua ação. Para manter a liderança, o “coronel” sente a necessidade de se apresentar como campeão de melhoramentos locais, se não para contentar os amigos, pelo menos para silenciar os adversários” (SOBRINHO, 1990, p. 17).

A dinâmica das cidades interioranas do Brasil após a Proclamação da República encontrava-se a mercê das manobras políticas efetivadas pelos respectivos líderes locais. Baseando-se nas características da tradicional política brasileira que possui como uma de suas marcas o mandonismo, José Murilo de Carvalho (1997) assim dispõe:

(...) refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. (CARVALHO, 1997, p. 2)

Em Manga, de posse do poder político e econômico, e alicerçados em uma aliança política eficaz que garantia a “quietude interna” local, os “coronéis” João Pereira e Domiciano Pastor – imigrantes pernambucanos – conduziram as transformações urbanas em Manga durante quase quatro décadas, 1923 - 1958. Ao referir-se a definição de poder, Lima (2006) apresenta-nos o termo como um fenômeno “instaurador de normas” (LIMA, 2006, p. 110). A trajetória dos chefes políticos na cidade assenta-se nesta definição, pois a conduta e dinâmica da sociedade, bem como do município, vinculava-se as “normas” impostas pelos “coronéis”, seja seguindo-as ou opondo-se as mesmas. As transformações do espaço natural efetivadas pelos chefes políticos locais vinculavam-se diretamente as atividades privadas que os mesmos desenvolviam na cidade, sejam elas ligadas à economia ou política. Dominavam por meio das vias do poder financeiro, político, estima ou medo. Raymundo Faoro (2001) ao analisar o poder afirma que no Brasil o mesmo sempre foi conduzido com base no “estamento burocrático” que por sua vez tem atravessado toda política brasileira. Para o autor a ausência do “quadro administrativo” permite o surgimento de figuras de poder locais, de caráter patriarcal, como é o caso dos coronéis.

A relação público e privado firma-se como uma característica significativa para análise do processo de transformação da cidade, pois o dinamismo da mesma garantia, também, a manutenção do poder político e econômico dos chefes políticos. Victor Nunes Leal assim dispõe sobre esta análise:

concebemos o “coronelismo” como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constitui fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. (LEAL, 1997, p. 40)

No texto supramencionado Leal (1997) nos afirma que o coronelismo é uma manifestação do poder privado. Mesmo em base de um modelo político representativo, o poder privado conseguiu se adaptar e se manter. Apesar de o Brasil instituir um desenvolvido modelo representativo, as estruturas econômicas e sociais não eram compatíveis com este desenvolvimento político. A localização interiorana permitia aos

representantes do poder executivo conduzir a política com relativa autonomia. Os resquícios do coronelismo, mesmo após seu fim como sistema, continuaram existindo em Manga. Detentores do poder político e econômico, os “coronéis” Pereira e Pastor usufruíram dos mesmos como meio de mantê-los e expandi-los, e garantiram à Manga “desenvolvimento”³.

A relação público-privado e o “desenvolvimento”

A instalação da energia elétrica na cidade foi um dos grandes marcos que interferiram diretamente no cotidiano da sociedade e evidenciam as relações políticas desenvolvidas em Manga. Castells (2006) apresenta-nos a cidade como reflexo da complexidade social vinculada aos processos econômicos. A dinâmica urbana desenvolvida na cidade de Manga durante o recorte temporal proposto esteve alicerçada no próspero momento econômico em que a mesma vivenciou. Segundo Alencar (2010) *O Período do Algodão*⁴ foi o grande impulsionador das transformações urbanas ocorridas na cidade. Além de conduzirem a “*máquina*” municipal, também possuíam uma indústria de beneficiamento de algodão – *Cia. Manga Industrial e Exportadora Ltda* – a qual empregava direta e indiretamente grande parte da população, pois incentivava a plantação desta agricultura por parte dos pequenos, médios e grandes produtores que já os cultivava com o intuito de vendê-lo para os coronéis.

Por meio de contrato efetivado entre a Cia Manga Industrial e a Prefeitura do município de Manga, no ano de 1937, a cidade foi contemplada com o fornecimento da Luz elétrica. Ao analisarmos o Livro de Registro de Contratos do Município (MUNICÍPIO DE MANGA, 1937), encontrado no acervo documental da Câmara Municipal da cidade, foi possível efetivar interpretações que exemplificam a relação

³ Ao utilizarmos o termo desenvolvimento, nos fundamentamos no conceito baseado no pensamento de Celso Furtado (1981) que refere-se ao mesmo como processo de transformação.

⁴ A produção do algodão foi o motor econômico de Manga durante o período que os “coronéis” Bembém e João Pereira governaram o município. Durante este período a Manga destacou-se devido as prosperas atividades econômicas desenvolvidas. Localizada no extremo Norte de Minas Gerais, Manga sediava por volta dos primeiros anos da década de 30 uma indústria de beneficiamento de algodão. Os líderes políticos, de posse de poder político e econômico, efetivaram as transformações do espaço físico natural por meio da aquisição de importantes obras que as poucos desenharam a cidade.

público e privado efetivada pelos políticos locais frente às atividades públicas. O referido livro assim dispõe:

Aos vinte e um dias do mês de setembro de mil e novecentos e trinta e sete, no paço municipal nesta Vila de Manga, presentes o senhor Prefeito Municipal, representante da municipalidade, aqui denominada municipalidade e a Cia. “Manga Industrial e Exportadora” Ltda.; aqui denominada Companhia, representada pelos seus diretores, srs. João Alves Pereira e Manoel de Oliveira Viana, por eles foi contratada a concessão recíproca de direitos e obrigações resultantes do fornecimento de iluminação pública e particular ao município, (...).(MUNICÍPIO DE MANGA, 1937, p. 01)

A distribuição da energia elétrica na cidade traz implícito consigo, além do “desenvolvimento” e mudanças nos hábitos da população, a evidência das articulações políticas que proporcionavam a manutenção e prosperidade das atividades econômicas dos “coronéis”. Ao garantir o fornecimento de energia à cidade a Cia. Manga Industrial e Exportadora Ltda logrou de benefícios de caráter econômico, como podem ser analisados na citação abaixo, embasada nas cláusulas terceira, quarta e sétima do contrato firmado entre a Indústria e a Prefeitura Municipal de Manga, tais como:

1 - Isenção de impostos, taxas ou tributos pelo prazo de 10 (dez) anos contados da data da assinatura do presente contrato. (...) O prazo da presente concessão para o fornecimento de energia elétrica é de dezoito anos contados de 15 de junho de 1937 e a terminar em 14 de junho de 1955. (...) 1 - a concessão é outorgada com exclusividade. (...) 2 - O comércio de materiais elétricos, o fornecimento de lâmpadas aos consumidores constituem, durante a vigência deste contrato, privilégio exclusivo da Companhia. (MUNICÍPIO DE MANGA, 1937, p. 2, 3 e 4)

O advento da luz trouxe animosidade aos cidadãos da época e destacava a cidade perante os demais do Norte de Minas. O jornalista e político Udenista Carlos Lacerda⁵ (1984) ao visitar a cidade de Manga a exalta e elogia:

O grande orgulho de Manga é a luz, realmente superior à de tôdas as cidades ribeirinhas, produzida por uma bomba de aspirar água do S. Francisco (7

⁵ Lacerda efetivou estudos sobre as potencialidade e desafios das cidades ribeirinhas do São Francisco durante duas viagens que efetivou pelo curso do Médio São Francisco ao longo do ano de 1937. O relato de suas viagens deram origem a obra Desafio e Promessa: o rio São Francisco, publicada em 1964.

metros de sucção por 35 de elevação), alimentado a caldeira com a capacidade de 8.400 litros por hora. (LACERDA, 1964, p. 78-79)

Além dos benefícios econômicos obtidos por meio do contrato entre a Prefeitura Municipal e a Cia Manga Industrial, os “coronéis” conseguiram destacar Manga frente aos demais municípios ribeirinhos, devido à qualidade da luz fornecida, impulsionar as atividades industriais, bem como conceder uma melhor qualidade de vida à população. A novidade da luz elétrica chegou às localidades de Nhandutiba, Poções e Matias Cardoso, apesar de mais de uma década depois da instalação na sede municipal (MUNICÍPIO DE MANGA, 1924-1985). Vê-se por meio da análise dos dados dos documentos, que era favorável e oportuna a expansão da luz, pois além de agradar a sociedade beneficiada com noites mais claras, os coronéis obtinham lucros por meio dos serviços prestados pela Cia Manga Industrial. O ano de 1952 foi o período dos tramites para “iluminar” Manga.

Por meio das análises documentais da Câmara Municipal observamos que o fornecimento da energia elétrica estava vinculado diretamente as atividades financeiras dos “coronéis”. Ao explorarmos as fontes orais foi possível compreender os reflexos deste processo na vida cotidiana da sociedade, bem como o olhar destes sujeitos históricos frente a novidade. Segundo Lang (1996) há de se diferenciar as formas de trabalhar com a história oral. Para a autora existe uma diferença entre “histórias orais de vida”, “relatos orais de vida” e “depoimentos orais”. Ao explicá-los Lang (1996) vincula o primeiro caso a procedimentos que conduzam o entrevistado a narrar suas experiências de vida ao longo do tempo; o segundo caso se justifica quando o entrevistado enfatiza determinados momentos de sua vida; já o terceiro caso vincula-se à obtenção de informações relativas à atuação ou ligação do sujeito em ocasiões ou fatos específicos, que se enquadrem nos parâmetros do objeto de estudo do entrevistador. Embasado nesta explanação, as entrevistas gravadas e transcritas neste trabalho vinculam-se aos depoimentos orais; utilizados sempre buscando a imparcialidade por meio do confronto com outras fontes (THOMPSON, 1992).

A construção das fontes orais aqui dispostas está vinculada ao processo de entrevistas – gravadas e transcritas – realizadas em um grupo de pessoas com faixa etária entre 70 a 90 anos inseridas no contexto abordado, pois segundo Alberti (2005) “a escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios

quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo do significado de sua experiência” (ALBERTI, 2005, p. 31). Bosi (1987) apresenta-nos em *Lembranças de Velhos* a importância do trabalho científico com a memória dos Idosos. Segundo a autora este grupo tem uma história social bem desenvolvida, transitaram por momentos diversos que marcaram sua memória e pode contribuir de forma salutar na produção dos trabalhos acadêmicos;

(...) sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que uma pessoa de idade. (BOSI, 1987, p. 22)

Para Chauí as memórias são fontes brutas a serem trabalhadas pelo pesquisador “sem o trabalho da reflexão e da localização, ela seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reaparição.” (CHAUI *apud* BOSI, 1987, p. XXI.).

Noites mais claras, a luz chegou

A novidade da Luz elétrica chegou à população de formas diversas. Em âmbito público todos compartilharam dos benefícios das noites mais claras, no entanto, no espaço privado aqueles que não compartilhavam dos mesmos interesses dos “coronéis” ou que se opunham a seu modo de governo não desfrutaram deste progresso. A senhora Zildete, ao ser indagada sobre o processo de iluminação elétrica da cidade, assim nos evidenciou: “Seu João Pereira e Bembém que fizeram. Não era em todas as casas que tinham. Aí já começou as políticas. Não eram em todas as casas que tinham a luz, mas aqui em casa, graças a deus, sempre teve” (FERREIRA, 2010). “A história interessou-se pela “oralidade” na medida em que ela permite obter e desenvolver conhecimentos novos e fundamentar análises históricas com base na criação de fontes inéditas ou novas.” (LOZANO, 2005, p. 16). As memórias “colhidas” durante as entrevistas nos fornecem interpretações que não encontramos nos documentos escritos presente na Câmara Municipal. Elas evidenciam uma parte da história que ficou registrada na memória dos sujeitos que viveram o período em estudo, pois “toda memória é, por definição, “coletiva”.” (HALBWACHS, *apud* THOMSON, 2005, p.94)

Em um segundo depoimento a mesma postura dos políticos referente ao fornecimento de energia foi exaltada.

Eles só forneciam aos correligionários deles. A oposição toda era a base de candinhero, na casa de meu pai mesmo era candinhero. Eles perseguiram muito, tinha aquele poder aquele poder autoritário para não perder o domínio, porque eles dominaram por 40 anos. (SILVA, 2010).

De acordo com o pensamento de François (2005) “a história oral seria inovadora primeiramente por seus objetos, pois da atenção especial ao “dominados”, aos silenciosos e ao excluídos da história (...)” (FRANÇOIS, 2005, p. 4). A luz do “candinhero” ainda foi utilizada por algum tempo por famílias que não dispunham da eletricidade. Segundo Thomson (2005) o campo da história e da memória se entrelaçam e a história oral tem especial importância devido seu processo, pois o mesmo promove maior envolvimento na recuperação e na reapropriação do passado.

Lacerda (1984) afirmou-nos em seu texto a qualidade da luz oferecida em Manga, como também o entusiasmo da população frente ao fato. Ao referir-se a importância da chegada da luz elétrica na cidade, um de nossos entrevistados assim a define:

Modificou todo o sistema de evolução da cidade, porque antigamente Manga era iluminada pelos lampiões, eu ainda lembro dos lampiões à querosene, e ficavam até certo tempo aqueles posteinhos na rua, mas era gostoso, a gente já esperava que os funcionários da prefeitura viessem acender os lampiões. Com certo tempo, a Cia Manga assumiu o serviço de eletrificação da cidade, pôs postes e tudo mais. (NOVAES, 2010).

As transformações no modo de vida após o fornecimento de energia refletiram diretamente na qualidade de vida e no cotidiano da sociedade. Novaes (2010) em seu depoimento exalta o feito como um momento que modificou o sistema de evolução da cidade. Seu pensamento vai de encontro ao conforto, praticidade e segurança que a eletricidade possibilitava. A população de Manga adequou-se a nova realidade oferecida pelas “noites mais claras”. Ao longo das falas de todos os entrevistados as noites eram lembradas com saudosismo. Depoimentos cheios de boas recordações, e de emoções expressas no brilho dos olhos, nos risos no decorrer das narrativas marcam a memória da denominada “Rua do Bar”. As luzes artificiais deram vida noturna a Manga. A

sociedade passou a desfrutar do lazer noturno concentrados na “Rua do Bar”. Neste local, que dava acesso ao Cais da cidade as pessoas reuniam-se para divertir. Além dos bailes nos clubes e nas escolas, dos barzinhos, o rio São Francisco era uma atração a parte, devido à chegada dos Vapores.

Lembro da chegada dos vapores, nós afluíamos toda para lá, principalmente quando era noite. (...). O pessoal de Manga deixava suas casas e ia ver a chegada do vapor. Ali era o encontro dos namorados e nós tínhamos um pequeno clube que se chamava independente..., ali hoje onde é a casa de Dulce, ali jogávamos ping pong, baralho, dançávamos, namorávamos. (...). Tinha também o bar do Gentil, que era também ponto de encontro dos namorados e amigos, era lá no Cais e na Rua do Bar. (...). Era muito bom, Manga já foi muito boa. (NOVAES, 2010)

Na pequena cidade de Manga a chegada das embarcações a vapor e seus passageiros alegravam e dinamizavam as atividades econômicas do local. A população sempre que o vapor apitava corria para o Cais para dar boas vindas aos chegantes. Como relembra Alencar (2010) “o cais afluía, era uma festa”.

Segundo Bosi (1987) “o ciclo dia e noite é vivido por todos os grupos humanos mas tem, para cada um, sentido diferente” (BOSI, 1987, p. 339). O apagar das luzes constitui outro fato registrado na memória da sociedade local. As ruas da cidade eram iluminadas até as vinte e duas horas, próximo a este horário soava um toque de recolhimento, indicando que a “noite” de fato chegaria, “na hora de apagar a cidade, apitava...” (FERREIRA, 2010). Nos depoimentos os entrevistados lembraram a agitação proporcionada pelo sinal que as luzes seriam apagadas; segundo eles todos corriam quando o mesmo soava.

O estudo das transformações urbanas na cidade durante a primeira metade do século XX possibilitou-nos por meio da análise do processo de instalação da energia elétrica na cidade de Manga compreender as relações políticas, como também o reflexo dos avanços tecnológicos no cotidiano da sociedade do interior do país. Ao analisarmos as transformações do espaço físico natural buscamos efetivar uma ponte entre o “todo” e a “parte”, uma vez que o objeto de estudo por nós adotado é recorte de um contexto histórico maior. Ao analisarmos as fontes vinculando-as as literaturas científicas pertinentes, observamos que a dinâmica da cidade estava condicionada aos interesses dos chefes políticos locais. A oralidade permitiu-nos análises que ratificam tal afirmativa, como também evidenciaram um novo estilo de vida fundamentado na

novidade da energia elétrica. É ofício do historiador transformar os depoimentos dos “outros” sujeitos da história em ciência, “(...) a história não só disciplina e enquadra a memória, como supões análise, interpretação e suporte técnico.” (DELGADO, 2006, p. 49). A saudade de outrora não é apenas nostalgia, são peças fundamentais no processo de reconstrução e interpretação do nosso passado.

Referências:

Fontes Primárias

Escritas

LACERDA, Carlos. **Desafio e Promessa – O Rio São Francisco**. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1964.

MUNICÍPIO DE MANGA. **Livro de índice de leis (31/10/1924 a 28/03/1985)**. nº 30. Manga: Câmara Municipal de Manga. 1924-1985.

MUNICÍPIO DE MANGA. **Livro de registro de contratos**. nº 37. Manga: Câmara Municipal de Manga, 1937.

Orais

Depoimento do senhor Joaquim Antônio de Alencar. (aposentado). Em entrevista concedida a Nôila Ferreira Alencar (formato mp3), Manga, 09 de janeiro de 2010.

Depoimento da senhora Maria da Purificação Alves de Novaes (professora aposentada). Entrevista concedida a Nôila Ferreira Alencar (formato mp3), Manga, 08 de janeiro de 2010.

Depoimento da senhora Maria de Lurdes Alkimim Silva. (professora aposentada). Em entrevista concedida a Nôila Ferreira Alencar (formato mp3), Manga, 27 de fevereiro de 2010.

Depoimento da senhora Zildethe Salles Ferreira. (aposentada). Em entrevista concedida a Nôila Ferreira Alencar (formato mp3), Manga, 07 de janeiro de 2010.

Fontes Secundárias

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3 ed. Rio de Janeiro. FGV, 2005.

ALECAR, Nôila Ferreira. **Memória e história:** o imaginário social na construção dos projeto político da cidade de Manga no Norte de Minas Gerais no século XX. Monografia Lato sensu. Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes. Montes Claros, 2010.

BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 2 ed. São Paulo: Edusp. 1987.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo:** uma discussão conceitual. In: *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext>
Acesso em: 13 de outubro de 2008.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral** – memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001. v. 2.

FRANÇOIS, Etienne. **A fecundidade da história oral.** In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Usos & abusos da história oral. 7 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento:** enfoque interdisciplinar. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1981.

HOBBSBAWN, Eric. **A era das revoluções (1789-1848).** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

LACERDA, Carlos. **Desafio e Promessa** – O Rio São Francisco. Rio de Janeiro, 1964.

LANG, Alice Beatriz da Silva Godo. **História Oral:** muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIRHY, José C. Sebe B. (org.). (Re) Introduzindo a História Oral no Brasil. São Paulo: Xamã/USP, 1996.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto:** o município e o regime representativo no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Moraes Ltda. 1991.

LEVINE, Andrew. et al. **Marxismo e individualismo metodológico.** In: Revista brasileira de ciências sociais – RBCS. Rio de Janeiro, n 11, outubro 1989, v.4.

LIMA, Ivaldo. **Da representação do poder ao poder da representação:** uma perspectiva geográfica. In: SANTOS, Milton. (et al.). Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. **Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea.** In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Usos & abusos da história oral. 7 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

REIS, Douglas Sathler dos. **O Rural e o Urbano no Brasil.** In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambú, 2006.

SOBRINHO, Barbosa Lima. **Prefácio à segunda edição.** In: LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. **Os debates sobre memória e história:** alguns aspectos internacionais. In: MEIRHY, José C. Sebe B. (org.). (Re) Introduzindo a História Oral no Brasil. 7 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.